

Segregação Racial na Metrópole: observações sobre racismo, saúde e a covid-19

Racial Segregation In The Metropolis: comments on racism, health and covid-19

Regina Marques de Souza Oliveira

UFRB – Universidade do Recôncavo da Bahia,
Doutora em Psicologia Social,
PUC-SP

Reinaldo José de Oliveira

UFRB (pesquisador colaborador).
Doutor em Ciências Sociais,
PUC-SP.
E-mail:
reinaldojoliveira1971@gmail.com

Resumo

Abordamos no presente texto, a segregação racial na metrópole de São Paulo, tendo como centralidade o racismo. Interpretamos que a segregação de base racial não é algo recente na história das cidades brasileiras, ela sempre existiu, mas em razão do mito da democracia racial e do racismo estrutural, as ciências que observam a cidade e o urbano voltaram-se, exclusivamente, para o contexto das desigualdades de classe social. Adotamos como procedimento teórico metodológico, a leitura e a interpretação de dados socioeconômicos do IBGE de 2010 e a literatura espaço urbano e relações étnico-raciais. “O direito à cidade” na realidade nacional, além das lutas em torno das desigualdades de classe social, implica a problematização e a interseccionalidade do gênero, relações étnico-raciais e o território.

Palavras-Chave: Covid-19, racismo, metrópole, saúde, segregação racial.

Abstract

In the present text, we address racial segregation in the metropolis of São Paulo, with racism as its centrality. We interpret that racially based segregation is not something recent in the history of Brazilian cities, it has always existed, but because of the myth of racial democracy and of structural racism, the sciences that observe the city and the urban have turned exclusively to the context of social class inequalities. We adopted as a theoretical methodological procedure, the reading

and interpretation of socioeconomic data from the IBGE of 2010 and the literature urban space and ethnic-racial relations. "The right to the city" in the national reality, in addition to the struggles around social class inequalities, implies the problematization and intersectionality of gender, ethnic-racial relations and the territory.

Keywords: Covid-19, racism, metropolis, health, racial segregation.

Introdução

Este texto tem como objetivo contextualizar a segregação racial e a saúde da população negra. A segregação negra está nos lugares e territórios da pobreza, das desigualdades e da ausência de oportunidades no ambiente construído da cidade, como o acesso à saúde.

Na história da sociedade brasileira, o racismo é um tema complexo, que tem forte incidência nos territórios das metrópoles e das principais cidades nos séculos XX e XXI. O racismo e a segregação estão de mãos dadas, portanto, é a população negra que vivencia a violência física, subjetiva, mental e social no corpo das cidades, é a necropolítica, observada por Mbembe (2020), Alves (2011) e Vargas (2020).

No caso das metrópoles do país, a população negra vive fortes agravos socioeconômicos que refletem no quadro da saúde, por exemplo, o acesso ao ambiente construído, a qualidade de vida e o percurso do nascimento, desenvolvimento e morte, que mais repercutem na população negra.

No interim de 2020-2022, as cidades do mundo viveram os efeitos da Covid-19, que obrigou a todos, independentemente das condições socioeconômica, étnica e racial, de gênero e espacial, portanto, a sociedade brasileira passou a viver com as regras, os comportamentos e as leis sociais para evitar a infecção do vírus e o avanço das mortes.

Até o momento, os movimentos sociais negros têm chamado a atenção da sociedade e do estado brasileiro quanto à sobrerrepresentação negra no número de mortes provocada pela Covid-19.

Os últimos acontecimentos oriundos da segregação e do racismo, como a morte de George Floyd nos Estados Unidos, dos Amarildos nas cidades brasileiras, da menina Ághata no Rio de Janeiro, a execução do adolescente João Pedro, no espaço de sua própria casa na cidade de Niterói, a morte trágica do menino Miguel, em Pernambuco, pelas mãos do racismo à brasileira, não são casos isolados, antes e posteriormente situações semelhantes se repetiram.

Na capital da Bahia, em Salvador, tio e sobrinho foram pegos furtando carne em um hipermercado local, a segurança privada os entregou para o tráfico, posteriormente, seus corpos foram encontrados. Em janeiro de 2022, na cidade do Rio de Janeiro, Moise Cabagambe, jovem congolês, de 24 anos, foi espancado até a morte pelo simples motivo de ter ido cobrar o seu salário (SANTOS, 1993). Posteriormente, em maio, Genivaldo de Jesus Santos, homem negro de 38 anos de idade, foi executado pelo racismo à brasileira, pelas mãos de policiais rodoviários federais, que o abordaram, o prenderam e o seu fim foi o mesmo que George Floyd e João Alberto: “Eu não consigo respirar”. No caso particular da violência policial, são os corpos de homens negros, jovens, pobres e moradores das periferias que são identificados como suspeitos.

O mapa da violência no Brasil, nas duas últimas décadas, aponta que o perfil dos homicídios tem como recorte a população pobre, negra, jovem e das periferias urbanas (WASELFISZ, 2020). Além do mapa da violência, Mbembe (2020) e Alves (2011), contextualizam que a necropolítica no Brasil e na diáspora, sobretudo na realidade brasileira, os corpos negros, indígenas e femininos estão sujeitos a todas as formas de dominação, controle e punição. De forma material e subjetiva, é o Estado nacional que efetiva o exercício da vida e da morte. O exercício da vida e da morte, não se circunscreve apenas ao homicídio e à violência, diz respeito a um quadro social, político e cultural que a população necessita para todos os espaços da cidade, como o urbano e a saúde subjetiva, mental e social.

Conforme as reflexões de Mbembe (2020) e Alves (2011), as mortes das pessoas negras (crianças, jovens e adultos), em situações de violência do Estado, como a Covid-19, os homicídios, o quadro do racismo e das desigualdades, revelam a profundidade da necropolítica dos corpos e territórios das desigualdades.

A Covid-19 que começou com os “ricos” na Europa, no mundo e também no Brasil, foi tomando os corpos dos mais pobres, negros, indígenas e idosos. A morte da população negra pela Covid-19 está relacionada com o quadro das desigualdades, da segregação e da necropolítica do Estado. Portanto, é um quadro estrutural que relaciona aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e subjetivos que estão no chão dos territórios negros e da segregação.

A partir das observações de Alves (2011; 2018), a respeito da geografia da violência estatal da doença e da morte nos corpos, territórios e espaços negros, aqui, indicamos um quadro de conexão, que liga a questão da segregação racial e da saúde com as cartografias que experienciam a vida, a morte e a doença, em proporções que podem ser mediadas com a história da colonização, do escravismo e do racismo na história do Brasil e da diáspora africana.

Para a construção do presente texto, selecionamos a produção de dissertações e teses para análise, referentes às temáticas espaço urbano, cidade e relações étnico-raciais. Em seguida, para problematizar a invisibilidade do tema nas revistas científicas, observamos dois importantes periódicos, sediados em São Paulo, com forte visibilidade nacional e internacional. Para compor o cenário da metrópole e das urbes, analisamos, brevemente, as informações socioeconômicas da RMSP, censo do IBGE, 2010, com recorte étnico-racial para problematizar a segregação, o território e as desigualdades. No tratamento sobre a saúde e a Covid-19, em resumo, interpretamos a saúde da população negra e a pandemia que tomou o Brasil e o mundo, por meio de fontes bibliográficas e de dados quantitativos e cartográficos sobre a morte, disponibilizados pela PMSP, em 2021.

O texto a seguir está organizado em três seções, na primeira apresentamos um breve contexto da segregação racial na metrópole paulistana, relacionamos com o quadro da saúde da população negra e a Covid-19 e, por último, nas considerações finais, constatamos que o cenário das desigualdades urbanas e em saúde são decorrentes da segregação e do racismo.

1 A Segregação Racial na metrópole

Na sociedade brasileira, a segregação racial não é regular no dia a dia dos principais centros de estudos e pesquisas. Na história do século XX, prevaleceu a

interpretação da segregação das classes sociais, apenas o quadro da separação espacial de ricos e pobres, o acesso ao ambiente construído e o capital social.

Os trabalhos de João Vargas (2013; 2016), Maria Nilza da Silva (2006), Lourdes Carril (2006), Andreilino Campos (2007), Antonia dos Santos Garcia (2010), Jaime do Amparo Alves (2018; 2011) e Reinaldo José de Oliveira (2016; 2020; 2022), abordam a cidade e as relações étnico-raciais. Em geral, afirmam que a segregação socioeconômica, epistemologicamente não é suficiente para analisar o quadro do racismo que afeta as condições sociais e políticas da população negra, sobretudo o quadro da saúde, desde o nascimento, desenvolvimento e morte da população.

Nos Estados Unidos, a produção sobre segregação racial é histórica, em nossa atualidade, a literatura tem se tornado cada vez mais diversa em razão da globalização e da diversidade étnico-racial presente nas urbes americanas, como o movimento pelos direitos civis nos anos de 1960 e o momento atual, da luta antirracista, do movimento “Vidas Negras Importam” e a Covid-19.

A segregação de base racial é extensamente pesquisada nos Estados Unidos desde o início do século XX. Segundo Valente e Berry (2020), a segregação racial foi analisada em diferentes momentos do século passado; citam Duncan (1957), Farley e Frei (1994), Massey (1985), Schneider e Logan (1982) e Harrison e Weiberg (1992), são referências que investigam, por exemplo, o quadro da história urbana, residencial, o mercado de trabalho, renda e rendimento, escola e educação, gênero e nas últimas décadas, o encarceramento em massa (ALEXANDER, 2017).

No Brasil, as primeiras produções¹ datam do final do século XX, como os trabalhos de Edward Telles (1993; 1994; 1996) e Raquel Rolnik (1989; 1997). Ambos os autores contribuíram no desenvolvimento de referências no campo das relações étnico-raciais e do espaço urbano.

No caso particular da Revista *Cadernos Metrôpole*², em 21 anos, produziu, aproximadamente, 48 edições, deste universo, nossas observações constataram apenas cinco textos que abordam a articulação cidade e relações étnico-raciais. Maura

¹Estamos considerando apenas as obras que relacionam espaço, cidade e relações étnico-raciais. Outros trabalhos problematizaram a questão étnico-racial, no entanto, sem o relacionamento objetivo com a cidade, o urbano e o território, e vice-versa.

²De 1999 até o ano de 2019, ou seja, da edição de número 1 até o número 48, disponibilizados no Site do Caderno *Metrôpoles*, totalizamos, aproximadamente, 596 artigos publicados. Apenas cinco textos abordam a relação cidade e relações étnico-raciais.

Pardini Bicudo Vêras (1999), em seu estudo, analisa a relação entre imigrantes e territorialidade na era da globalização, estabelecendo um importante debate em torno do tema da cidadania. Posteriormente, Dulce Maria Batista (2007) observa o deslocamento da migração de angolanos para a metrópole paulistana, enquanto um fenômeno da globalização perversa. Renato Cymbalista e Iara Rolnik Xavier (2007), focalizam a comunidade boliviana em São Paulo, como parte da migração latino-americana no Brasil. Inaiá Maria M. de Carvalho e Vanda Sá Barreto (2007), contextualizam a segregação residencial, condição social e de raça em Salvador, tida como a capital mais negra do Brasil. Maria do Rosário R. Salles (2008) retrata a história dos imigrantes refugiados em São Paulo no Pós-Guerra Mundial. Desses cinco textos, apenas o artigo de Carvalho e Sá Barreto analisam a relação entre espaço urbano e população negra.

A Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, também foi observada. De 1991 até o ano de 2021, identificamos seis artigos que versam sobre etnicidade. Por exemplo, a questão da arquitetura italiana no Brasil, os saberes e práticas indígenas na construção arquitetônica e a importância da cultura na construção do espaço urbano no Japão.

A partir da observação de dois importantes centros de promoção do ensino, pesquisa e extensão, constatamos que o tema espaço urbano e relações étnico-raciais são incipientes e de pouca atenção pelas principais instituições de produção científica no Brasil, especialmente a questão dos espaços e territórios negros.

Há segregações das mais variadas naturezas na metrópole brasileira, principalmente de classes e de etnias ou nacionalidades. Vamos abordar a segregação das classes sociais, que é aquela que domina a estruturação das nossas metrópoles. Tal como aqui entendida, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole (VILLAÇA, 2001, p. 142).

A segregação, além de ser tradicionalmente interpretada como um fenômeno socioespacial, é étnico-racial, logo, nas periferias das metrópoles, a segregação da população negra está nos limites espaciais e/ou próxima das áreas ricas e onde estão localizadas as principais referências do capital social em saúde.

Flávio Villaça (2001) observa as segregações voluntária e involuntária, a primeira pode ser retratada quando indivíduos e grupos sociais buscam viver com

outras pessoas de sua classe social. A segregação involuntária ocorre quando o indivíduo e seu grupo social, diante do quadro social da cidade, se veem obrigados pelas diferentes forças, a fixar moradia nos lugares e regiões mais distantes do centro, nas periferias e nos seus limites.

Em 2005, a Revista Espaço & Debates – Estudos Urbanos e Regionais, número 45, publicou o debate tratando do tema Segregação, com diferentes conceitos, metodologias e base de dados. Participaram da programação, os(as) professores Aldaíza Sposati, do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, Haroldo Torres, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP e Suzana Pasternack da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP-SP, e como debatedores, os professores Flávio Villaça da FAU-USP, Lúcio Kowarick da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP e Silvia Schor da Faculdade de Economia e Administração FEA-USP.

Na riqueza de interpretações teórico-metodológicas, a temática étnico-racial recebeu apenas uma menção das apresentações e dos debates.

Ou seja, o triângulo ocupação/renda/educação, elementos que andam muitos juntos, é a forma básica que leva à apropriação do espaço. Eu tenho dúvida e aí eu volto para a pergunta: é claro que há mais população afrodescendente em certas regiões do que em outras porque é a mais pobre, menos qualificada profissionalmente, com menos instrução escolar e sobre a qual despencam os mais fortes preconceitos: penso que não dá para entender a questão do preconceito e da discriminação relacionados à questão social. Gostaria de ter dados da questão racial nas nossas cidades, sobre os espaços em que há concentração racial (KOWARICK, 2005, p. 96).

Os impactos da segregação racial ultrapassam o quadro espacial, econômico e político. No campo da saúde, a população negra sofre com as diferentes práticas do racismo, como a depressão, o mapa dos homicídios, o constante mal-estar social, e os quadros psíquicos e sociais que se acumulam nas desigualdades.

O pensamento racial de Mbembe (2020), Vargas (2020) e Alves (2011), a respeito da necropolítica e da política antinegitude, no decorrer do século XX e no atual momento, está inscrito no cotidiano das cidades brasileiras em áreas estratégicas da construção da cidadania e dos direitos, como o ambiente construído no urbano, o capital social e político em saúde, educação, cultura, lazer e renda.

As primeiras dissertações e teses sobre o tema segregação racial, espaço urbano e relações étnico-raciais, datam do final do século XX. Inicialmente, José Carlos

Gomes da Silva (1990), em trabalho de dissertação “Os suburbanos e a outra face da cidade: Negros em São Paulo 1900-1930” focaliza os espaços, territórios e territorialidades negras nas três primeiras décadas do século XX. Posteriormente, Walter Roberto Silvério (1992), estudou “Territórios Negros em Campinas: o caso Vila Rica”, observa a urbe do interior paulista, em especial, os espaços e territórios da população negra diante das transformações do rural e do urbano. Em seu trabalho de doutorado, Silva (1998) mantém atentamente suas reflexões sobre a urbe paulistana, diferente do mestrado, aqui o autor observa o final do século XX: “Rap na cidade de São Paulo: Música, Etnicidade e Experiência Urbana”, em ambas produções, podemos considerar como parte da literatura que inaugura os estudos e as pesquisas sobre a população negra e o espaço urbano.

A antropóloga Teresinha Bernardo, em 1993, apresenta a sua tese de doutorado sobre os italianos e seus descendentes e a população negra, ambos da capital paulistana. A autora compõe a memória coletiva dos italianos e negros nas três primeiras décadas do século XX. A partir da memória coletiva, Bernardo destaca lugares, espaços e territórios importantes das manifestações italianas e negras na capital paulistana, sobretudo nos bairros do Bexiga, Barra Funda, Sé e Sul da Sé.

A partir das leituras produzidas nos anos de 1990, interpretamos que Silva, Silvério e Bernardo demarcam um campo de pesquisa para pensar as cidades negras, nesse caso específico, a questão da saúde da população negra e o espaço urbano passaram invisibilizados pela produção nacional.

Oliveira (2002) observou os territórios negros em sua dissertação de mestrado intitulada “A Presença do Negro na Cidade: Memória e Território Negro na Casa Verde em São Paulo”. O estudo apresenta um pedaço da urbe paulistana, os últimos anos do século XIX, as três primeiras décadas do século passado até o final do século XX. Foram trazidos os bairros da Barra Funda, Bexiga, Liberdade, Sé e sul da Sé e, especialmente, o bairro da Casa Verde como análise da territorialidade negra

Gradativamente, a população negra da capital paulistana, perante os reflexos do racismo e do desenvolvimento urbano, foi obrigada a migrar, voluntária e involuntariamente, dos antigos núcleos negros para as primeiras periferias da zona norte. O bairro da Casa Verde é fruto desse movimento de periferização da cidade de São Paulo (OLIVEIRA, 2002).

Lourdes Carril (2003), em “Quilombo, Favela e Periferia – A longa busca da cidadania”, retrata a segregação da população negra, sobretudo o protagonismo de jovens negros nos movimentos hip-hop, atuando no processo de enfrentamento na zona sul de São Paulo. Para a autora, na história do século XXI, a cidadania terá que abordar, além da classe social, a questão étnico-racial.

Posteriormente, Maria Nilza da Silva (2004), em “Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo”, aborda importantes reflexões sobre o tema. A autora destaca que a segregação racial está inscrita na metrópole, principalmente nas relações classe social, gênero e étnico-racial.

Reinaldo José de Oliveira (2008), em trabalho de doutorado intitulado “Segregação Urbana e Racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela”, versa sobre um século do negro na principal metrópole do país. Oliveira observa os movimentos no chão da cidade pela população negra: os primeiros anos do século XX, a vida nos núcleos negros na região central, como Bexiga e Barra Funda, posteriormente, os bairros negros na zona norte e o constante processo de periferização.

Em seguida, Danilo Sales do Nascimento França (2010), em “Raça, Classe e Segregação Residencial no município de São Paulo”, por intermédio de dados estatísticos do Censo Demográfico do IBGE, de 2000, observa a segregação residencial, descrita a partir da articulação entre raça e classe social, em específico, dos negros nas classes médias e altas. Posteriormente, França (2017), de forma comparativa, analisa a segregação residencial dos negros e brancos das classes médias e altas na Metrópole Paulistana, por intermédio dos dados dos Censos Demográficos do IBGE, de 2000 e 2010.

Sheila Alice Gomes da Silva (2015), retrata a urbe paulistana a partir do pedaço, do recorte espacial. A dissertação, intitulada “Negros em Guaianases: cultura e memória”, observa as micro Áfricas inscritas no chão da cidade, por intermédio dos capitais social, político e cultural da população negra, dos anos de 1930 a 1960.

Mais recentemente, Stella Zagatto Paterniani (2019), em tese intitulada “São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia”, traz importantes contribuições para pensar a segregação étnica e racial a partir do olhar da branquidade; dos benefícios e vantagens na história da cidade para a população

branca, por exemplo, a legislação da abolição e as inúmeras referências para a arquitetura e a urbanização da cidade moderna.

Exterior ao contexto da pós-graduação, o Observatório Nossa São Paulo, nos anos de 2018 e 2019, promoveu a pesquisa sobre a segregação da população negra na urbe paulistana. Os resultados, em geral, coincidiram com as principais referências citadas acima sobre o urbano e a questão étnico-racial. Oliveira (2016), França (2017) e a Rede Nossa São Paulo (2018; 2019), constataram que o fenômeno da segregação entre brancos e negros avançou.

O avanço da segregação racial reflete em agravos socioeconômicos e políticos, sobretudo no campo da saúde. A violência do racismo, cotidianamente, percorre classe social, raça, etnia e gênero, nesse complexo cenário são as mulheres negras que mais vivem a sub-representação nos cenários socioeconômicos.

A saúde da população negra está inscrita no chão da cidade, em razão do racismo estrutural que impõe barreiras físicas, invisíveis e subjetivas, impedindo o exercício da igualdade e da diferença entre brancos e negros, sobretudo do universo cultural negro (ALMEIDA, 2019).

São Paulo massacra os + pobres e aqui no extremo sul eu senti na pele o que é ser preto, pobre, filho de mãe solteira negra, que veio da Bahia com doze anos de idade. Aprendi a não gostar de polícia, sei o que é andar muito “loko” três, quatro dias direto e nem por isso atravessar o caminho de ninguém. Mano Brown (FÉRREZ, 2000, p. 24).

O racismo é um problema histórico e contemporâneo na sociedade brasileira, não existe vacina, remédio e medicamento para eliminar sua propagação nas instituições, grupos sociais, na hierarquia de poder socioeconômico. Portanto, no quadro dos cuidados físico, social e mental, o racismo deve ser combatido com investimentos em saúde e educação, em especial, capital social e cultural.

A narrativa sobre os impactos da segregação racial e a saúde da população negra, conforme as palavras acima, é do rapper e militante social Mano Brown, um dos integrantes do Racionais MC's. O grupo Racionais MC's é um dos principais protagonistas do hip-hop, que transformou a vida de milhares de jovens e adolescentes negros e brancos. Na década de 1990, esse grupo, por intermédio das expressões da dança, da música e do grafite, empreendeu educação, conhecimento e cultura para um universo infanto-juvenil segregado da cidade. Brown e Férrez (2000)

estão conectados aos territórios negros, ao quadro da segregação racial e aos efeitos proporcionados na saúde: de um lado, no chão das territorialidades, eles vivem o não racismo, em razão do calor do lugar, das histórias, culturas, da resistência e dos enfrentamentos das ações e reflexões dos movimentos sociais negros e do movimento hip-hop; de outro lado, o racismo estrutural segregou a população negra nos últimos lugares dos espaços urbano e rural, com constantes reflexos no quadro da saúde mental da população negra (OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA (b), 2020).

A memória coletiva dos negros em São Paulo retrata o racismo em diferentes frentes: a perpetuação com a visibilidade dos valores brancos, ocidentais e do gênero masculino; a reprodução do racismo em sala de aula, por intermédio de livros, redes sociais, meios de comunicação, professores, alunos e os ambientes escolar e social, refletem negativamente na saúde mental de crianças, jovens e adolescentes negros; parte desses elementos incidem na população com a ansiedade, a depressão, a automutilação, o reforço das violências física e social; o estigma da marginalidade e os quadros subjetivos que se articularam com outras referências sociais da violência racista (OLIVEIRA (b), 2016).

Conforme o jurista Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural está em todas as formas sociais, políticas e econômicas da sociedade, sobretudo do quadro espacial, hierarquizando as populações negra e branca conforme a origem social e o lugar que cada indivíduo ocupa na sociedade.

Nas Américas, o estado brasileiro foi o último a compor a abolição no chão do território. Os 388 anos de trabalho escravizado na história social e da política do país têm reflexos até hoje na sociedade.

Hoje, século XXI, os reflexos da ação do Estado estão situados na necropolítica dos corpos e territórios negros. Em geral, nas urbes do urbano e do rural, os corpos físicos, sociais e mentais da população negra estão sujeitos ao Estado perante as condições de nascimento, desenvolvimento e morte.

No quadro da saúde, dentre os temas emblemáticos, as referências da saúde mental da população negra mais do que se destacaram diante da necropolítica e da Covid-19.

A negação da memória pública da escravidão por parte da sociedade global; b. a condição do hibridismo humano tornado solução para o “desaparecimento” das diferenças e não como “necessidade” de

compreensão da diversidade hegemônica na ordem do mundo aqui existente; c. a exigência cultural hegemônica do mundo ocidental da formação de um psiquismo que privilegie a primazia da superioridade de uma “raça” sobre outra (OLIVEIRA, 2016, p. 36).

A força do racismo, conforme os argumentos acima destacados, atua nos quadros subjetivos e psíquicos dos territórios negros e na segregação racial. Nos territórios negros, homens e mulheres buscam a produção de referências identitárias, históricas e sociais que proporcionem o calor do lugar, o protagonismo social e as perspectivas de visualizar o direito à cidade.

As reflexões aqui empreendidas são importantes para pensar que a origem e a atualidade das cidades brasileiras são negras. Em específico, São Paulo passou por grandes transformações: a pequena vila dos estudantes, a cidade resumida ao triângulo das Ruas Direita, São Bento e Barão de Itapetininga, a cidade do café, da industrialização aos dias de hoje, da globalização (OLIVEIRA (b)).

Observando a história das urbes que se transformaram em metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, gradativamente, elas protagonizaram o histórico quadro da habitação dos negros: inicialmente senzala, quilombos, porões, cortiços, favelas, palafitas e periferias, no passado e nos dias de hoje, o lugar de morar e repor a força de trabalho teve como reflexo a herança de quase quatro séculos da sociedade escravocrata.

Conforme o quadro 1 abaixo, a metrópole de São Paulo e a região metropolitana contemplam em seu território a maior demografia negra no país, em dados absolutos. A participação negra no chão da metrópole diz respeito ao quadro histórico e contemporâneo da sociedade urbana industrial e da globalização.

A urbanização brasileira sofreu transformações rápidas no século XX, mas foi uma urbanização que não resolveu o planejamento urbano e as grandes desigualdades, de classe social, gênero e étnico-racial no território nacional (SANTOS, 1999). São Paulo e a sua região metropolitana representam parte da urbanização sem planejamento e igualdade para todos. A urbe paulistana passa a ser central na história do país a partir dos anos de 1950 e 1960, em demografia e potenciais socioeconômico, cultural, científico e político.

Portanto, São Paulo conquistou a condição de metrópole do trabalho e do poder político desde o início do século XX, especialmente a partir dos anos de 1940-1950. É

importante destacar que as bases do capitalismo nacional foram sedimentadas em mais de trezentos e oitenta anos de trabalho escravo.

É nesse contexto histórico e contemporâneo que o ambiente construído em saúde na metrópole e nas principais cidades foram edificados. O desenvolvimento, as tecnologias e as principais referências na área de saúde estão localizadas na região sudoeste da cidade de São Paulo. As informações da tabela 1 abaixo, confirmam que mediante o ritmo da urbanização industrial da metrópole paulistana, a segregação da população negra foi seguindo a direção das periferias, cada vez mais distante das áreas mais ricas, brancas e desenvolvidas em capital socioeconômico e em saúde (SILVA, 2006; CARRIL, 2006).

São Paulo, nos censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 a população negra alcançou, gradativamente, as representações de 24%, 27%, 30% e, no último levantamento, 37% (IBGE, 2010). Oliveira (2016) identificou que a segregação configura-se da seguinte forma: nos distritos da região sudoeste, a participação média da população negra está abaixo de 37%; nesta área concentra-se a população das classes média e alta brancas; saindo das áreas ricas, lentamente, na região intermediária, um pequeno percentual das classes médias negra e branca, fixou residência nos bairros/distritos de Tatuapé, Vila Formosa, Penha com a verticalização de antigas áreas que se valorizaram com a ampliação do metrô na zona leste (FRANÇA, 2017); no percurso até as periferias, identificamos que a população negra supera os 37% e alcança nos distritos mais extremos da cidade, aproximadamente, 60%, como Capão Redondo, Jardim Ângela, Cidade Tiradentes e Vila Brasilândia (SILVA; CARRIL, 2006).

O reflexo da segregação racial da metrópole está inscrito no chão dos municípios que compõem a RMSP. Nessa região³, a participação negra é superior em, aproximadamente, 30 municípios, com exceção de Santo André (27,25%), São

³O território da RMSP é formado por 35 municípios: São Paulo, Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Bernardo do Campo (33,64%) e São Caetano do Sul (27,5%). Nos municípios do ABC, a média de negros alcança 35,3%, abaixo da capital paulistana (SILVA, 2015).

No segundo maior município do Estado de São Paulo, Guarulhos apresenta 45% de população negra. Posteriormente, conforme nos distanciamos da capital paulistana, em direção aos caminhos das ferrovias, fronteiras e vias públicas e privadas, nos municípios de Diadema (49,68%), Ferraz de Vasconcelos (51,38%), Francisco Morato (56,66%), Franco da Rocha (47%), Itapecerica da Serra (56%) e Itaquaquecetuba (56,34%), a participação relativa de população negra é superior à média da capital paulistana. Exterior aos territórios de concentração da população branca e da riqueza, as periferias e suas vizinhanças são os percursos da população negra com a segregação.

Além dos dados demográficos sobre brancos e negros, o quadro abaixo apresenta dados da participação étnico-racial no universo da habitação subnormal. Em 2010, São Paulo detinha 1.280.400 habitantes morando em habitações subnormais, que correspondem a 11,40% da população do município. Deste universo de população em habitações “fora da lei”, 60,70% de habitantes são negros e 38,80% são brancos, eles habitam os espaços de moradia fora da lei (ROLNIK, 1997).

Nos mesmos municípios destacados abaixo, o percentual de negros em habitações subnormais é superior ao valor de participação negra em cada localidade, por exemplo: a participação branca nesse tipo de habitação é inferior em todos os municípios quando comparada com os dados da população negra; a participação de negros em habitações fora da lei na metrópole e RMSP é superior aos percentuais da população em cada localidade e na comparação étnico-racial. Portanto, em favelas, cortiços, loteamentos irregulares e nas construções fora dos padrões da legislação urbanística, homens e mulheres negras estão sobrerrepresentados nos territórios de exclusão.

Quadro 1. População de São Paulo e da RMSP, classificada por etnia-raça e habitantes em aglomerados subnormais.

				% Branca	% Negra
	Total	Branca	Negra		
São Paulo	11216559	6803028	4154642	60,65	37,04
	1280400	496247	776495	38,75	60,64

Habitação subnormal					
Diadema	385613	189802	191598	49,22	49,68
	87944	36889	50565	41,94	57,49
Embu das Artes	240069	106985	131161	44,56	54,64
	34208	12004	21975	35,09	64,24
Ferraz de Vasconcelos	168079	80720	86372	48,02	51,38
	11630	4617	6991	39,69	60,11
Francisco Morato	154250	66201	87340	42,91	56,66
	8541	2980	5518	34,89	64,60
Franco da Rocha	123502	64069	58690	51,87	47,52
	9326	3596	5685	38,55	60,96
Guarulhos	1214759	650166	548068	53,52	45,12
	214885	79461	134229	36,98	62,46
Itapecerica da Serra	149102	71932	75538	48,24	50,66
	1472	506	957	34,37	65,01
Itapevi	200664	91458	108099	45,57	53,87
	3173	1154	2005	36,36	64,19
Itaquaquecetuba	321521	138304	181150	43,02	56,34
	27568	10095	17388	35,61	63,07
Mauá	415238	232674	179161	56,09	43,14
	84041	34835	48657	41,14	57,89
Osasco	665629	391110	267035	58,75	40,12
	80276	31202	48612	38,86	60,55
Ribeirão Pires	112787	71920	39339	63,76	34,87
	3269	1324	1930	40,51	59,04
Santo André	674617	480708	183878	71,25	27,25
	85468	37616	47429	44,01	55,49
São Bernardo do Campo	762217	491440	256483	64,47	33,64
	152780	66214	85378	43,34	55,88
Taboão da Serra	244206	120568	97637	49,37	39,98

	26922	10037	14033	37,28	52,12
--	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE, banco Sidra. Elaboração do autor.

Chamamos a atenção para uma outra interpretação no quadro das desigualdades entre negros e brancos na metrópole e RMSP. A habitação fora da lei da população da metrópole abrange uma leitura do quadro da saúde. Morar e viver o lugar da habitação e de tudo o que ela oferece são elementos que também caracterizam a saúde na cidade. A saúde da população negra nas habitações denominadas fora da lei se agrava em razão da condição de pobreza e da segregação, haja vista os acontecimentos regulares nas favelas de Paraisópolis e Heliópolis, como a morte de jovens e adolescentes pela polícia militar em um baile funk⁴. A necropolítica racial ronda, vive e persegue os territórios de maioria negra nas urbes brasileiras.

A população que vive em habitações “fora da lei”, brancos e negros, sobretudo os negros, em razão do racismo, estão mais sujeitos ao processo de adoecimento biopsicossocial, como a ausência de condições mínimas de bem-estar social. Nesses territórios, a população negra vive, em maior proporção, desigualdades em saúde, habitação e corre os maiores riscos da necropolítica, destacada por Achilles Mbembe (2020), quanto aos territórios que vivem sob a violência histórica e atual do Estado, marcado por práticas do colonialismo, escravismo, violência, machismo e sexismo.

Quadro 2. Rendimento nominal médio entre brancos e negros na Metrópole e RMSP.

Principais municípios da Região Metropolitana de São Paulo.				
	Total	Branca	Negra	Dif. em %
Brasil	1344,7	1705,84	939,06	55,04
Carapicuíba (SP)	1221,42	1396,98	1057,55	75,71
Diadema (SP)	1151,92	1262,17	1032,44	81,77
Guarulhos (SP)	1401,16	1648,23	1112,82	67,47
Itaquaquecetuba (SP)	959,58	1059,43	893,23	84,23
Mauá (SP)	1189,29	1282,7	1079,95	84,16
Osasco (SP)	1570,86	1848,62	1146,96	62,00

⁴Após ação da PM para dispersar baile, 9 morrem pisoteados em Paraisópolis. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/01/oito-pessoas-morrem-pisoteadas-em-baile-funk-de-paraisopolis-diz-policia.htm>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Santo André (SP)	1938,58	2191,39	1261,4	57,55
São Bernardo do Campo (SP)	1869,9	2178,34	1232,24	55,65
São Caetano do Sul (SP)	2948,06	3168,23	1654,34	52,20
São Paulo (SP)	2195,28	2752,51	1186,03	43,09

Fonte: Banco Sidra, IBGE. Elaboração do autor.

Conforme as informações do quadro 2 acima, o rendimento nominal médio no território nacional representa R\$ 1.344,70. Teoricamente, aparentamos ser um país democrático no que diz respeito ao rendimento da população. Com o recorte étnico racial dos ganhos entre brancos e negros, o quadro democrático tende a desaparecer, fica restrito ao papel e desigual na realidade.

Em relação ao debate sobre segregação, os comentários do Professor Lúcio Kowarick são emblemáticos para melhor compreender a temática no Brasil. Na tabela acima, o rendimento nominal médio da população branca corresponde a R\$ 1.705,84, os negros se distanciam dos ganhos de seus pares, eles recebem R\$ 939,06. No território nacional, o rendimento nominal médio dos negros alcança, aproximadamente, 54,87% dos ganhos da população branca. Receber ganhos econômicos do mercado de trabalho é importante para a população acessar, mesmo diante de ininterruptas ações do neoliberalismo, o uso de instrumentos que o SUS proporciona para o público em geral, sendo fundamental para intermediar o cuidado da vida diante das desigualdades e do racismo.

No Brasil, os negros representam 50,04% da população nacional, o rendimento corresponde apenas a 54,87% dos ganhos dos brancos (IBGE, 2010). Na metrópole e na RMSP, as desigualdades étnico-raciais estão presentes no chão das urbes e no mercado de trabalho.

Na metrópole de São Paulo, os rendimentos entre brancos e negros persistem na mesma sintonia do contexto nacional. A renda média da população branca alcança R\$ 2.752,51 e os ganhos da população negra representam R\$ 1.186,03. Na capital paulistana, a força de trabalho negra representa 43,09% do rendimento dos brancos. A diferença de rendimento não é exclusiva ao quadro da pobreza, por trás desta história tem uma realidade de 388 anos de sociedade escravocrata e 134 anos da sociedade pós-abolição.

Para o professor João Vargas (2016), a política antinegitude está no Brasil, nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra e na diáspora como um todo. Tomando a realidade brasileira como análise, principalmente os centros de formação técnica e científica, as realidades sociais e as reflexões não focalizam os lugares e territórios do racismo e da segregação e vice-versa, os lugares, territórios e o racismo não são centrais no pensamento técnico, científico e político para pensar a cidade democrática (MARICATO, 2002).

O que vem prevalecendo é o desenvolvimento do “pensamento único” em espaços, lugares e ambientes sociais que problematizam a igualdade e as desigualdades. A segregação da população negra e a saúde, não são exclusivas ao quadro socioeconômico, os fenômenos merecem ser observados a partir da intersecção de diferentes frentes.

Nos municípios que constituem a RMSP, a diferença de renda varia de 43% a 84% entre negros e brancos. Em todos os municípios da RMSP, a renda média dos negros é inferior ao rendimento da força de trabalho branca.

Para melhor compreender como se compõem as desigualdades de renda no quadro espacial, por exemplo, São Paulo tem 96 distritos que abrigam mais de 11 milhões de habitantes. Na região sudoeste estão os distritos e a população que recebe os maiores rendimentos, e o inverso acontece nas periferias, como Cidade Tiradentes, Sapopemba, Jardim Ângela, Capão Redondo, Vila Brasilândia, que são territórios de menor rendimento (OLIVEIRA, 2016).

A grande distância entre os rendimentos de brancos e negros está no processo acumulativo das desigualdades e da segregação. É no espaço da educação que as desigualdades socioeconômicas vão se desenhar, nos cenários local, regional e nacional entre brancos e negros.

2 Saúde da População Negra na MetrÓpole e a Covid-19

De acordo com o Programa Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN, 2017), as doenças genéticas e hereditárias mais comuns na população negra são:

- a. Segundo Berenice Kikuchi (2016), a anemia falciforme é uma doença genética, que sofreu mutação há milhares de anos no continente africano, com o tráfico e o escravismo nas Américas, gradativamente, a mutação foi se transformando e, no Brasil, a incidência da doença na população nacional corresponde de 2% a 6%, na população negra em específico abrange de 6% a 10%. Foi por intermédio da atuação de militantes sociais negros que o quesito cor e a legislação que torna obrigatório o teste do pézinho, possibilitou que a doença fosse diagnosticada nos primeiros anos de vida, favorecendo a ampliação da longevidade da população e o bem-estar com medicamentos e políticas de saúde e educação;
- b. A diabetes melitus tipo II desenvolve-se na fase adulta e evolui causando danos em todo o organismo. É a quarta causa de morte e a principal causa de cegueira no país. Segundo o PNSIPN (2017), essa doença atinge mais a população negra do que a branca;
- c. A hipertensão arterial tem maior incidência entre os homens e sobrerrepresentação na população negra;
- d. Deficiência de glicose 6 fosfato desidrogenase é uma doença que afeta 200 milhões de pessoas no mundo, como o Brasil detém a maior população negra fora da África, há grande incidência na realidade nacional;
- e. A saúde mental da população brasileira, sobretudo a negra e a indígena, para avançar, precisará organizar um plano de descolonização e assumir posições de desenvolvimento que reconheçam os genocídios dos corpos e das culturas das populações nativa, africana e afro-brasileira (OLIVEIRA(b), 2016). Os acervos sociais, culturais e psíquicos das culturas e sociedades que sofreram os 388 anos de escravismo e os últimos 134 anos da pós-abolição, são imprescindíveis no bem-estar psíquico das populações negras, indígenas e brancas nas cidades brasileiras.
- f. Na metrópole de São Paulo e nas cidades brasileiras, as desigualdades urbanas em intersecção às desigualdades raciais e em saúde, sobrerrepresentam a população negra na necropolítica, ou seja, a política da morte naturaliza a população vulnerável, jovem, pobre e negra no mapa dos homicídios, feminicídios e nos territórios de exclusão social.

A necropolítica pode ser retratada nas sociedades brasileira e norte-americana, com o novo Coronavírus, que se apresenta com maior letalidade na população negra em razão do histórico da segregação e das desigualdades em saúde (OLIVEIRA, 2016).

As informações acima, a respeito das principais doenças que acometem a população negra no Brasil, mostram que a sua problematização é urgente em razão da segregação e da incipiente focalização dos governos federais, estaduais e municipais.

No início do mês de março de 2020, o novo Coronavírus provocou no cenário brasileiro o primeiro registro de infectados e de óbitos. Desde o dia 17 de março até o dia 30 de agosto, o país ultrapassou os 120 mil óbitos decorrentes da Covid-19. Até o final de 2022, a Covid-19 alcançou o total de, aproximadamente, 780 mil óbitos.

O novo Coronavírus manifestou-se no mundo, está presente nas Américas, Europa, Ásia, África e Oceania. Portanto, a globalização do vírus tem dimensões socioeconômica, políticas, tecnológicas, científicas e no quadro da saúde.

No Brasil, a Covid-19 afeta a todos, no entanto, conforme inúmeros comentários nacionais e internacionais, a população mais vulnerável, como os idosos, gestantes, doentes crônicos, moradores de rua e a população negra, estão mais suscetíveis aos vírus e à morbimortalidade. A ideia da segregação das classes sociais, gradualmente, perde a sua centralidade quando os serviços de saúde, meios de comunicação e o Estado, divulgam o número das mortes, classificadas por gênero, etnia e raça e localização espacial: nas principais metrópoles do país são as periferias e os negros que estão mais vulneráveis.

Nos Estados Unidos, a população acessa os serviços de saúde via planos privados, por intermédio do mercado capitalista dos serviços de saúde, desde o nascimento, o adoecimento e a morte.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 o Sistema Único de Saúde – SUS entra em cena, através da luta de profissionais de saúde, movimentos sociais e de mulheres, conquistou-se o serviço público e universal para todos. O SUS é uma luta e uma conquista dos movimentos sociais e a maior parcela dos usuários é negra, nos serviços de alta, média e baixa complexidades, desde a atenção básica e as políticas públicas em saúde e educação.

A população afro-americana representa 13% da população nacional, em determinadas metrópoles do sul e do norte, o número de mortes dos negros é desproporcional ao número da população. A morte negra escancara e demarca que a

segregação étnico-racial tem forte impacto em uma democracia que se julga forte e referência para o mundo.

Em Chicago, 30% dos moradores são negros, mas metade dos casos confirmados e 70% das mortes relacionadas ao Coronavírus são de pacientes negros. Os números refletem desigualdades históricas na cidade, onde moradores negros têm expectativa de vida 8,8 anos menor que a dos brancos. Em todo o Estado de Illinois (onde fica Chicago), apenas 15% da população é negra, mas 35% dos casos e 40% das mortes foram de pacientes negros. No Estado vizinho de Michigan, 14% da população é negra, mas um terço dos casos e 40% das mortes são de pacientes negros. A governadora, Gretchen Whitmer, criou uma força tarefa para responder a essas disparidades raciais (CORRÊA, 2020, p. 8).

Na sociedade norte-americana, a sobrerrepresentação de pacientes e óbitos nos corpos negros demonstra que a democracia não proporciona igualdade e oportunidades com a segregação das classes sociais e dos grupos étnico-raciais. Conforme apontamos no corpo do texto, a segregação de base racial nessa sociedade é estudada desde o início do século XX. A morte de George Floyd, em junho, reacendeu a luta pelos direitos da população da diáspora em todos os âmbitos sociais, na segurança pública, no mercado de trabalho, na educação e no acesso à saúde. A geografia racial da morte está estruturada na política estatal de quem deve viver e morrer nas sociedades norte-americana e brasileira.

Na sociedade brasileira, conforme os dados do último Censo Demográfico do IBGE (2010), a população negra alcançou mais de 50% da população. Nas principais metrópoles, principalmente em suas periferias, os óbitos decorrentes da Covid-19 são de maioria negra. A presença negra no quadro dos pacientes e de óbitos da Covid-19 apenas demonstra a grande distância entre negros e brancos na sociedade norte-americana, que se reflete no cotidiano do acesso à saúde, que é praticamente privada nessa sociedade. Logo, quem não tem condições de arcar com o plano de saúde privado está sujeito a todas as intempéries da vida em torno do nascimento, do desenvolvimento e da morte.

A sociedade civil (a Coalizão Negra por Direitos, formada por diferentes expressões do movimento social negro) cobrou do governo brasileiro que os números de infectados e óbitos fossem identificados conforme o quesito cor. As primeiras informações disponibilizadas confirmaram o que a realidade social estava problematizando.

Na metrópole do capitalismo globalizado, as informações também demoraram para confirmar que a cartografia da morte estava se constituindo nas periferias, nas áreas pobres e nos territórios de concentração negra.

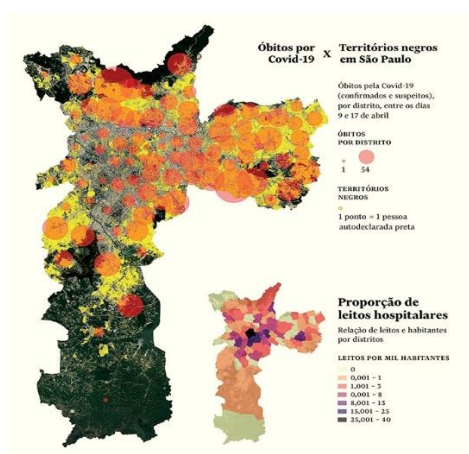
A segregação de base racial manifesta a intersecção de desigualdades históricas e atuais, com o novo Coronavírus, impossível persistir que a separação na sociedade brasileira seja central e exclusiva às classes sociais. A cartografia das mortes provocadas pela Covid-19 na metrópole, coincide com as observações de Oliveira (2008; 2016) e Alves (2014): os homicídios de jovens, pobres, negros e moradores das periferias; no âmbito da saúde, homens e mulheres negras, principalmente do gênero feminino, vivenciam o acesso à saúde de forma desproporcional aos homens e às mulheres brancas.

Os meios de comunicação disponibilizaram informações sobre o número de óbitos classificado por distritos para a capital paulistana, confirmando o que se desenhava, os bairros com o maior número de mortes estão localizados nas periferias: 1. Sapopemba – 300 mortes, 2. Brasilândia – 277 mortes, 3. Grajaú – 267 mortes, 4. Jardim Ângela – 240 mortes, 5. Capão Redondo – 237 mortes (dados do mês de junho de 2021).

Entre os dez bairros mais atingidos pela pandemia, com maior incidência de casos de óbitos, sete estão localizados na zona sul. Todos os dez estão nos extremos da cidade e com alto percentual de população negra, conforme o mapa abaixo. Conforme a cartografia 1 abaixo, entre os dias 09 e 17 de abril de 2021, por intermédio dos corpos, do movimento e dos deslocamentos sociais, a Covid-19 deslocou-se da região sudoeste em direção aos limites da cidade.

Segundo informações da Prefeitura de São Paulo, no mês de junho de 2021, os distritos dos extremos sul e leste, como Capão Redondo, Jardim Ângela, Cidade Tiradentes e Sapopemba, se aproximavam da média de 300 mortes. Após dois meses, os mesmos distritos superaram a média de 400 mortes em seus respectivos territórios.

Mapa 1. Cartografias da População Negra e dos Óbitos por Covid-19.



Fonte: Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/24/bairros-com-mais-negros-concentram-maior-numero-de-mortes-pela-covi...> Acesso em: 10 jun. 2023.

A discrepância espacial está inscrita na distribuição do ambiente construído em saúde, em particular, o número de leitos, hospitais e serviços de alta complexidade no corpo da cidade. Conforme o mapa acima, os hospitais e leitos são essenciais para cuidar dos pacientes, em maior proporção, estão localizados na região sudoeste, que é a área mais rica, branca e desenvolvida em saúde e bem-estar social.

Considerações Finais

As políticas públicas e sociais em saúde, educação, habitação, planejamento urbano, e em igualdade e diversidade, precisam ser problematizadas com o recorte étnico-racial, para que as esperanças do “Direito à Cidade” estejam em nosso horizonte social.

No corpo do texto acima, procuramos evidenciar que a segregação racial, as desigualdades de renda, habitacional, escolar e a saúde, mais precisamente a Covid-19, como as urbes que formam a região metropolitana de São Paulo, constituem a necropolítica racial (ALVES, 2011).

Conforme apontamos no texto, entre os anos de 2000 e 2010, a segregação de base racial avançou mediante as afirmações de Oliveira (2016), França (2017) e a Rede Nossa São Paulo (2018; 2019). Acreditamos que para o próximo censo, em 2022, provavelmente, por meio da análise das informações socioeconômicas da população da metrópole,

comprovem que a segregação persiste e vem avançando cada vez mais, haja vista os impactos do racismo, da saúde e da Covid-19 na metrópole e nas urbes do país.

As sociedades, urbes e metrópoles precisarão se organizar ainda mais no contexto da pós-pandemia, em especial as cidades e os bairros negros. No Brasil, pensando na possibilidade da segregação ser observada exclusivamente pelas diferenças de classe social, um outro movimento da Covid-19 poderá se repetir ou outra pandemia de alcance global será letal para todos, sobretudo a população negra.

A experiência da Covid-19 e o racismo podem nos proporcionar saberes e práticas, instrumentalização e consciência crítica para a eliminação da segregação de base étnico-racial e a necropolítica no Brasil.

Referências bibliográficas

ALEXANDER, Michelle. *A Nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Sílvio. *Racismo Estrutural*, São Paulo, Pólem, 2019.

ALVES, Jaime do Amparo. Topografia da Violência: necropoder e governamentalidade em São Paulo. Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia, USP, volume 22, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47222/83830>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ALVES, Jaime do Amparo. *The Anti-Black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil*. Univ. of Minnesota Press, 2018.

BARBOSA, Bernardo; SOUZA, Cléber; ADORNO, Luis. Após ação da PM para dispersar baile, 9 morrem pisoteados em Paraisópolis. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/01/oito-pessoas-morrem-pisoteadas-em-baile-funk-de-paraisopolis-diz-policia..> Acesso em 18/08/2020. Acesso em: 10 jun. 2023.

BATISTA, Dulce Maria T. Migração na metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo. *Revista Cadernos Metr pole*, número 17, São Paulo, p. 103-118, 2007

MBEMBE, Achille. *Necropolítica – biopoder, soberania, estado de exce o, política da morte*. São Paulo, N-1 edi es, 2020.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo   favela – A produ o do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, Favela e Periferia – A longa busca da cidadania*. 377 f. Tese de Doutorado em Geografia, USP, 2003.

CARVALHO, Inaiá de; BARRETO, Vanda de Sá. Segregação Residencial, Condição social e raça em Salvador. *Revista Cadernos Metrópole*, número 18, São Paulo, p. 251-273, 2007.

CORRÊA, Alessandra. Coronavírus: Por que a população negra é desproporcionalmente afetada nos Estados Unidos? BBC News Brasil, 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52267566>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Revista Cadernos Metrópole*, número 17, São Paulo, p. 120-142, 2007.

FÉRREZ (2000). *Capão Pecado*. São Paulo, Labortexto Editorial, 2000.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. *Raça, Classe e Segregação Residencial no município de São Paulo*. 266 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, CSO, USP, 2010.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento (2017). *Segregação Racial em São Paulo: residências, redes pessoas e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI*. 355 f. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Humanas, USP.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais, Salvador, Cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum*. Rio de Janeiro, Garamond, FAPERJ, 2010.

KIKUCHI, Berenice. Participação Social e anemia falciforme: para avançar na equidade no Sistema Único de Saúde – SUS. In: Maria Lúcia Ivo, Berenice Assunção Kikuchi, et alli (orgs.), *Interdisciplinaridade na Saúde: doença falciforme*. Campo Grandes, Editora UFMS, 2016, pp. 261-276.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – Planejamento Urbano no Brasil. In: MARICATO, Erminia et al. *A Cidade do Pensamento Único*. Otília Arantes, Carlos Wainer e Ermínia, 2002, pp. 120-192.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Rio de Janeiro, Revista Arte e Ensaio, n. 32, 2016.

OLIVEIRA (b), Regina Marques de Souza. Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. Saúde mental da população negra e indígena. In: OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. *Cenários da Saúde da População Negra no Brasil: Diálogos e Pesquisas*. Regina Marques de Souza Oliveira (org.), Cruz das Almas, Belo Horizonte, 2016, pp. 25-45.

OLIVEIRA (b), Regina Marques de Souza. Saúde Mental da população negra: processos subjetivos e construção de identidade. In: SANTANA, João Valdir Jesus (org.), *Relações étnico-raciais e educação escolar indígena: relatos de pesquisa*, Vitória da Conquista, p. 29-55, Edições UESB, 2017.

OLIVEIRA, Reinaldo José de Oliveira. *Territorialidade Negra e Segregação Racial na cidade de São Paulo – A luta por cidadania no século XX*. São Paulo, Editora Alameda, 2016.

OLIVEIRA, Reinaldo José de Oliveira. *A Presença do Negro na Cidade: Memória e Territorialidade da Casa Verde em São Paulo*. 245 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2012.

OLIVEIRA, Reinaldo José de Oliveira. *Territorialidade Negra e Segregação Racial em São Paulo: As periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela*. 338 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2008.

PATERNIARI, Stela Zagatto. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. 325 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

POCHMANN, Márcio. *A Metrópole do Trabalho*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2019.

PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA – PNSIPN (2017). Ministério da Saúde, Brasília, 2001.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Viver em São Paulo, Relações Raciais*. São Paulo, acessado em 30/04/2022, 2018/2019.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a lei – legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*, Editora Nobel, 1997.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). In: *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Cadernos Cândido Mendes, número 17, setembro, 1989, pp. 71-93.

SALLES, Maria do. Territorialidade e experiência imigratória: os refugiados em São Paulo no Pós-guerra Mundial. *Revista Cadernos Metrópole*, número 18, São Paulo, p. 180-196, 2008.

SANTOS, Milton Santos (2006). *A Natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

SILVA, Marcelo Martins da. *Desigualdades Raciais no Mercado de Trabalho no ABC*. 280 f. Dissertação de Mestrado do PPG em Planejamento e Gestão do Território, UFABC, 2015.

SILVA, Maria Nilza da. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2004.

SILVA, Sheila Alice Gomes. *Negros em Guaianases: Cultura e Memória*. 212 f. Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, São Paulo, 2015.

SILVA, José Carlos Gomes. *Os Sub-urbanos e a outra face da cidade: Negros em São Paulo 1900-1930*, 260 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, 1990.

SILVA, José Carlos Gomes. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. 365 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, 1998.

SPOSATI, Aldaisa. *Cidade em Pedacos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2001.

SPOSATTI, Aldaisa, TORRES, Haroldo, PASTERNAK, Suzana, VILLAÇA, Flavio, KOZARICK, Lúcio, SCHOR, Sílvia. Debate – A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais – Espaço e Debates*, número 45, p. 87-109, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência, Série histórica, A Cor dos homicídios no Brasil, FLACSO, 2012.

TELLES, Edward. *Cor da pele e segregação residencial no Brasil*. Revista Estudos Afro-Asiáticos, número 24, 1993, pp. 89-118.

TELLES, Edward. Industrialização e Desigualdade Racial no Emprego: o exemplo brasileiro. *In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, p. 86-128, Rio de Janeiro, p.76-96, 1994.

TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira – Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará, 2003.

TELLES, Edward. Segregação Racial e Crise Urbana. *In: Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. *In: Luiz César de Queiroz Ribeiro (org.)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994, pp. 94-116.

VALENTE, Rubin da Rocha; BERRY, Brian J. R. Residential Segregation by Skin Color: Brasil Revisited. *Latin American Research Review*, 55(2), p. 207-226. DOI: <http://doi.org/10.25222/larr.83>. Acesso em: 14 ago. 2020.

VARGAS, João. “Desidentificação”: A lógica de Exclusão Antinegra do Brasil. *In: Osmundo Pinho e João Vargas (orgs.)*, *Antinegritude – O impossível sujeito negro na Formação Social Brasileira*. Cruz das Almas e Belo Horizonte, Editora UFRB e Fino Traço, 2016.

VARGAS, João. As lutas por territórios negros no Rio de Janeiro. São Paulo, Editora Alameda, 2013. *In: OLIVEIRA, Reinaldo José de. A Cidade e o Negro no Brasil: Cidadania e Território*. São Paulo, Editora Alameda, pp. 12-36.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Territorialidade em tempos globais: imigrantes em São Paulo. *Revista Cadernos MetrÓpole*, número 2, São Paulo, p. 73-119, 1999.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

Recebido em: 10 de fevereiro de 2023.

Aceito em: 17 de julho de 2023.

COMO REFERENCIAR

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; OLIVEIRA, Reinaldo José de. Segregação Racial na MetrÓpole: observações sobre racismo, saúde e a covid-19 *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 83-109, 2023.